REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PLANURA ESTADO DE MINAS GERAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 08 / 2002

SUMÁRIO

TÍTULO I
CAPÍTULO ÚNICO
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (arts. 1º a 6º)
TÍTULO II
DO PROVIMENTO E DA VACÂNCIA
CAPÍTULO I
DO PROVIMENTO (arts. 7º a 9º)
Seção I
Da Nomeação (art. 10)
Seção II
Do Concurso (arts. 11 a 16)
Seção III
Da Posse (arts. 17 a 21)
Seção IV
Do Estágio Probatório (arts. 22 e 23)
Seção V
Do Exercício (arts. 24 a 28)
Seção VI
Da Promoção (art. 29)
Seção VII
Da Reintegração (art. 30)
Seção VIII
Do Aproveitamento (arts. 31 a 33)
Seção IX
Da Reversão (arts. 34 a 38)
Seção X
Da Transferência (art. 39)
Seção XI
Da Recondução (art. 40)
CAPÍTULO II
DA VACÂNCIA (arts. 41 a 44)
TÍTULO III
DAS MUTAÇÕES FUNCIONAIS
CAPÍTULO I
DA SUBSTITUIÇÃO (art. 45)
CAPÍTULO II
DA REMOÇÃO E DA PERMUTA (arts. 46 a 48)
CAPÍTULO III
DA READAPTAÇÃO (arts. 49 a 52)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 08 / 2009

TÍTULO IV
DOS DIREITOS E VANTAGENS
CAPÍTULO I
DO TEMPO DE SERVIÇO (arts. 53 a 56)
CAPÍTULO II
DA ESTABILIDADE (arts. 57 e 58)
CAPÍTULO III
DAS FÉRIAS (arts. 59 a 66)
CAPÍTULO IV
DAS FÉRIAS-PRÊMIO (arts. 67 e 68)
CAPÍTULO V
DAS LICENÇAS
Seção I
Disposições Preliminares (arts. 69 a 77)
Seção II
Da Licença para Tratamento de Saúde (arts. 78 a 84)
Seção III
Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família (art. 85)
Seção IV
Da Licença a Gestante (arts. 86 e 87)
Seção V
Da Licença para o Serviço Militar (art. 88)
Seção VI
Da Licença para Tratar de Interesses Particulares (arts. 89 a 91)
Seção VII
Da Licença por Doença Profisiional ou Acidente de Trabalho (arts. 92 e 93)
Seção VIII
Da Licença para o Desempenho de Mandato Eletivo (art. 94)
CAPÍTULO VI
DAS FALTAS (arts. 95 a 106)
TÍTULO VI
DOS VENCIMENTOS E DAS VANTAGENS
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS (arts. 107 a 110)
CAPÍTULO II
DO VENCIMENTO (arts. 111 a 116)
CAPÍTULO III
DAS VANTAGENS

CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25/08/2009

Seção I
Das Diárias (arts. 117 a 120)
Seção II
Da Ajuda de Custo (arts. 121 a 125)
Seção III
Do Abono-Família (arts. 126 a 131)
Seção IV
Do Auxílio-Doença (art. 132)
Seção V
Do Auxílio-Natalidade (art. 133)
Seção VI
Do Auxílio-Funeral (art. 134)
Seção VII
Dos Adicionais p/ Tempo de Serviço (arts. 135 a 138)
Seção VIII
Das Gratificações (arts. 139 a 148)
Seção IX
Do Décimo Terceiro Vencimento (arts. 149 a 151)

CAPÍTULO IV
DA ASSISTÊNCIA (arts. 152 a 156)
CAPÍTULO V
DO DIREITO DE REPRESENTAR (arts. 157 a 164)
CAPÍTULO VI
DA DISPONIBILIDADE (arts. 165 a 167)
CAPÍTULO VII
DA APOSENTADORIA (arts. 168 a 175)

TÍTULO VII
DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I
DA ACUMULAÇÃO (arts. 176 a 178)
CAPÍTULO II
DOS DEVERES E PROIBIÇÕES
Seção I
Dos Deveres (art. 179)
Seção II
Das Proibições (arts. 180 a 181)
CAPÍTULO III
DA RESPONSABILIDADE (arts. 182 a 186)
CAPÍTULO IV
DAS PENALIDADES (arts. 187 a 198)

TÍTULO VIII
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25/02/2009

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS (arts 199 a 202)
CAPÍTULO II
DO AFASTAMENTO PREVENTIVO (art. 203)
CAPÍTULO III
DO PROCESSO DISCIPLINAR
Seção I
Disposições Gerais (arts. 204 a 208)
Seção II
Da Instauração (art. 209)
Seção III
Do Inquérito (arts. 210 a 223)
Seção IV
Do Julgamento (arts. 224 a 229)
Seção V
Da REvisão do Processo (arts. 230 a 238)

TÍTULO IX

CAPÍTULO ÚNICO
DISPOSIÇÕES FINAIS (arts. 239 a 249)

:*:*:*:*:*:*:*:*:*:*:*:

CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25/09/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA

CEP 38220 — ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI COMPLEMENTAR Nº 01/94, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1994.

DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PLANURA, ESTADO DE MINAS GERAIS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Planura, Estado de Minas Gerais, atendendo ao disposto no Artigo 39, da Constituição Federal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25/09/2009

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei institui o Regime Jurídico Único dos Servidores da Administração Pública Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Planura, Estado de Minas Gerais, sujeita ao regime estatutário, vinculado ao INSS, por meio de Convênio.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, Servidor Público é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º - Cargo Público é o conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades cometidos a uma pessoa.

Parágrafo Único - Os cargos públicos do Poder Executivo, das Autarquias e das Fundações Públicas serão criados por lei e os do Poder Legislativo por Resolução da Câmara Municipal, com denominação própria, número certo, atribuições específicas e corresponderão a valores determinados pagos pelo Município.

Art. 4º - Os cargos públicos são de carreira ou em comissão.

§ 1º - São de carreira os que se integram em classes e correspondem a profissão ou atividade com denominação própria.

§ 2º - São em comissão os que não podem se integrar em classe e correspondem a determinada função de confiança e livre nomeação e exoneração.

Art. 5º - Classe é o agrupamento de cargos de atribuições da mesma natureza, de denominação idêntica e semelhante quanto ao nível de vencimento e grau de dificuldade e responsabilidade das atribuições.

Parágrafo Único - As classes são singulares ou estão dispostas em série.

Art. 6º - Série de classes é o conjunto de classes da mesma natureza superpostas segundo o grau de complexidade e responsabilidade em carreira.

§ 1º - As classes de Uma série de classes serão identificadas por algarismos romanos, na ordem crescente, a partir de I,

que caberá à inicial.

§ 2º. Até que sejam identificadas em regulamento as tarefas de cada classe, nos termos deste artigo, uma classe se distinguirá da outra, apenas, pelo nível de vencimento.

TÍTULO II
DO PROVIMENTO E DA VACÂNCIA
CAPÍTULO I
DO PROVIMENTO

Art. 7º. Os cargos públicos serão providos por:

I - nomeação;
II - promoção;
III - reintegração;
IV - aproveitamento;
V - reversão;
VI - transferência;
VII - recondução.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 03 / 2009

Art. 8º. Só poderá ser investido em cargo público, quem satisfizer os seguintes requisitos:

I - ser brasileiro;
II - ter completado 18 (dezoito) anos de idade;
III - estar em gozo dos direitos políticos;
IV - estar quite com as obrigações militares;
V - gozar de boa saúde e não ser portador de deficiência incompatível com o exercício das funções, comprovadas em prévio exame médico;
VI - habilitar-se previamente em concurso público, salvo quanto aos cargos em comissão.
VII - ter atendido às condições especiais, inclusive quanto à idade, prescritas no respectivo edital de concurso;
VIII - ter boa conduta.

Art. 9º. Compete ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara, conforme o caso, prover os cargos dos Poderes Executivo e Legislativo.

Parágrafo único. O decreto do Executivo ou o ato do Presidente da Câmara, de provimento, conterá:

I - a denominação do cargo vago e o motivo da vacância;
II - o fundamento legal, bem como a indicação do nível de vencimento;
III - o caráter da investidura.

Seção I

Da Nomeação

Art. 10 - A nomeação será feita:

I - em caráter efetivo, para cargo de provimento efetivo ou inicial de série de classes;

II - em comissão, quando se tratar de cargo de direção , chefia ou assessoramento e outros que, em virtude de lei ou Resolução da Câmara, conforme o caso, assim devam ser providos;

III - em substituição, no impedimento temporário do ocupante de cargo em comissão.

§ 1º - O provimento do cargo em comissão, que é sempre cargo isolado, será em caráter transitório.

§ 2º - O cargo em comissão e a função de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidor ocupante de cargo de carreira técnica e profissional, nos casos e condições previstas em Lei ou Resolução da Câmara, conforme o caso.

Seção II

Do Concurso

Art. 11 - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei ou Resolução da Câmara, conforme o caso, de livre nomeação e exoneração.

Art. 12 - As normas gerais para a realização de concursos e para convocação e indicação dos candidatos serão estabelecidas em Editais de Concurso.

Parágrafo Único - Além das normas gerais, os concursos serão regidos por instruções especiais, com ampla publicidade.

Art. 13 - Poderá inscrever-se em concurso quem tiver, no mínimo, 18 (dezoito) anos de idade.

Art. 14 - Sem prejuízo de outras exigências regulamentares, observar-se-ão as seguintes normas na realização de concursos:

I - as provas poderão ser escritas e práticas;

II - os concursos terão validade de até 02 (dois) anos, a contar da homologação, prorrogável uma vez por igual período;

III - o Edital conterá todas as exigências ou condições, de modo que o candidato comprove a viabilidade de sua participação;

CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 02 / 2013

IV - será garantida ampla defesa aos candidatos, quando da homologação das inscrições, publicação do resultado, homologação do concurso ou nomeação dos aprovados.

Art. 15. Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, o aprovado em concurso público será convocado, observada a ordem de classificação, com prioridade sobre novos concursados, para assumir o cargo ou emprego na carreira.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo implica nulidade do ato e punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

Art. 16. Somente se abrirá novo concurso:

I - ultrapassado o período de validade previsto no inciso II do art. 14;

II - quando não houver mais candidato em concurso anterior;

III - quando se der a criação de cargo de provimento efetivo.

Seção III
Da Posse

Art. 17. A posse é o ato de investir o cidadão em cargo público.

§ 1º. Não haverá posse nos casos de promoção, remoção, reintegração, recondução e designação para o desempenho de função gratificada.

§ 2º. A posse em cargo em comissão só se fará após o nomeado depositar à Mesa da Câmara Municipal, declaração de seus bens.

Art. 18. São competentes para dar posse o Prefeito, para os cargos da Prefeitura, e o Presidente da Câmara Municipal, para os cargos da Câmara.

Art. 19. A posse verificar-se-á mediante a lavratura de um termo que, pela autoridade que a der e pelo servidor, será arquivado no órgão de pessoal da respectiva repartição, depois dos competentes registros.

Parágrafo único. O servidor prestará, no ato da posse, o compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo ou função.

Art. 20. A autoridade que der posse deverá verificar, sob pena de ser pessoalmente responsabilizada, se foram satisfeitas as condições estabelecidas no art. anterior e as especiais, fixadas

CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 05/09/2007

em lei ou regulamento, para a investidura no cargo ou na função.

Art. 21. A posse deverá verificar-se no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do ato, não correndo este prazo, durante as férias do servidor.

§ 1º. Esse prazo poderá ser prorrogado por outros 30 (trinta) dias, mediante solicitação escrita e fundamentada do interessado e despacho da autoridade competente para dar posse.

§ 2º. Se a posse não se der dentro do prazo estabelecido no "caput" deste artigo ou no da prorrogação, será tornada sem efeito a nomeação.

Seção IV
Do Estágio Probatório

Art. 22. Estágio probatório é o período de 02 (dois) anos de exercício do servidor nomeado por concurso para cargo efetivo, destinado a apurar as qualidades e aptidões do servidor para o cargo, julgando a conveniência de sua permanência no serviço.

Parágrafo único. São requisitos a se apurar durante o estágio:

I - idoneidade moral;
II - assiduidade;
III - pontualidade;
IV - eficiência;
V - disciplina;
VI - aptidão;
VII - dedicação ao serviço.

Art. 23. A apuração dos requisitos será feita pelo órgão de pessoal, pela autoridade do setor onde estiver o servidor lotado ou outra autoridade diretamente ligada ao servidor.

§ 1º. Sendo o parecer contrário à permanência do servidor no cargo, dar-se-á vista ao interessado pelo prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º. Sendo favorável o parecer, fica automaticamente ratificado o ato de nomeação.

§ 3º. A apuração dos requisitos de que trata este artigo, processar-se-á de modo que a exoneração do servidor possa ser concretizada antes que se completem os 02 (dois) anos de estágio.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 08 / 2009

Seção V
Do Exercício

Art. 24. O exercício é o desempenho dos deveres e atribuições do cargo ou função.

Parágrafo único. O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor pelo órgão de pessoal.

Art. 25. O exercício do cargo ou função terá início dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados:

I - da data da publicação oficial do ato, nos casos de promoção, remoção, reintegração, recondução e designação para função gratificada;

II - da data da posse, nos demais casos.

§ 1º. Os prazos previstos neste artigo poderão ser prorrogados, por solicitação escrita do interessado e a juízo da autoridade competente, desde que a prorrogação não exceda a 30 (trinta) dias.

§ 2º. No caso de remoção e transferência, o prazo inicial para o servidor em férias ou licenciado, exceto no caso de licença para tratar de interesses particulares, será contado da data em que voltar ao serviço.

Art. 26. O servidor terá exercício no órgão em que for lotado.

Parágrafo único. Atendida sempre a conveniência do serviço, o Prefeito ou o Presidente da Câmara, conforme o caso, poderá alterar a lotação do servidor, de ofício ou a pedido, ouvida a autoridade a que estiver subordinado o servidor.

Art. 27. Nenhum servidor poderá ausentar-se do Município, para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem ônus para os cofres públicos, sem autorização ou designação expressa do Prefeito ou do Presidente da Câmara, conforme o caso.

Art. 28. Será afastado de suas funções o servidor preso em flagrante, preventivamente ou em decorrência de pronúncia ou condenação, desde que, nesta última hipótese, a sentença trânsita em julgado não tenha declarado a perda do cargo e a pena esteja sendo cumprida em regime fechado.

§ 1º. Nos casos previstos neste artigo, ressalvado o disposto no seu § 2º, o servidor perderá, durante o tempo do afastamento, um terço dos vencimentos com direito a diferença, se absolvido.

§ 2º. No caso de condenação definitiva sem perda do cargo, enquanto afastado, o servidor perderá dois terços dos vencimentos.

CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25/07/2007

Seção VI
Da Promoção

Art. 29. A promoção consiste no desenvolvimento do servidor na carreira e far-se-á por progressão dentro da própria carreira, obedecendo-se os critérios estabelecidos no Plano de Carreiras e Vencimentos.

Seção VII
Da Reintegração

Art. 30. A reintegração, que decorrerá de decisão administrativa ou sentença judiciária passada em julgado, é o ato pelo qual o servidor demitido reingressa no serviço público, com ressarcimento dos prejuízos decorrentes do afastamento.

§ 1º. A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado; se este houver sido transformado, no cargo resultante da transformação, e, se extinto, em cargos de vencimento e funções equivalente, atendida a habilitação profissional.

§ 2º. Não sendo possível fazer a reintegração pela forma prescrita no parágrafo anterior, será o servidor posto em disponibilidade no cargo que exercia, com provento integral.

§ 3º. O servidor que estiver ocupando o cargo objeto de reintegração será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 4º. O servidor reintegrado será submetido à inspeção médica; verificada a incapacidade, será aposentado no cargo em que houver sido reintegrado.

Seção VIII
Do Aproveitamento

Art. 31. O aproveitamento é o reingresso no exercício de cargo público, de servidor em disponibilidade ou no caso do art. 40, parágrafo único.

§ 1º. O aproveitamento dependerá de comprovação da capacidade física e mental.

§ 2º. O aproveitamento do servidor será obrigatório quando:

I - for restabelecido o cargo de cuja extinção decorreu a disponibilidade;

II - quando houver necessidade de prover o cargo, anteriormente declarado desnecessário;

III - quando for criado cargo equivalente ao extinto ou declarado desnecessário.

CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 07 / 2005

Art. 32. Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência, sucessivamente, o de maior tempo de disponibilidade e o de maior tempo de serviço público.

Art. 33. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não tomar posse no prazo legal, salvo nos casos de doença comprovada em inspeção médica.

Parágrafo único. Provada a incapacidade definitiva, será o servidor aposentado.

Seção IX
Da Reversão

Art. 34. Reversão é o ato pelo qual o aposentado reintegra no serviço público, após verificação em processo, de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria.

§ 1º. A reversão far-se-á a pedido ou de ofício.

§ 2º. Em nenhum caso poderá efetuar-se a reversão sem que, mediante inspeção médica, fique provada a capacidade para o exercício da função.

§ 3º. Será cassada a aposentadoria do servidor que reverter e não tomar posse e entrar em exercício dentro dos prazos legais, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado.

Art. 35. Respeitada a habilitação profissional, a reversão será feita, de preferência no cargo anteriormente ocupado pelo aposentado ou em outro de atribuições análogas.

§ 1º. A reversão de ofício não poderá verificar-se em cargo de vencimento inferior ao provento da inatividade.

§ 2º. A reversão, a pedido, somente poderá ser feita em cargo a ser provido por merecimento.

Art. 36. O aposentado em cargo isolado não poderá reverter para cargo de carreira.

Art. 37. A reversão não dará direito, para nova aposentadoria e disponibilidade, à contagem do tempo em que o servidor esteve aposentado.

Art. 38. O servidor revertido, a pedido, não poderá ser novamente aposentado, com maior remuneração, antes de decorrido 5 (cinco) anos da reversão, salvo se sobrevier moléstia que o incapacite para o serviço público.

Seção X
Da Transferência

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 08 / 2009

Art. 39. Transferência é a passagem do servidor de cargo efetivo para outro, de igual denominação, pertencente a órgão ou instituição do mesmo poder.

§ 1º. A transferência ocorrerá de ofício ou a pedido do servidor, atendido o interesse do serviço, mediante o preenchimento de vaga.

§ 2º. A transferência, por permuta, se processará a requerimento de ambos os interessados e de acordo com o prescrito nesta seção.

Seção XI
Da Recondução

Art. 40. Recondução é o retorno do servidor estável no cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II - reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o disposto nos arts. 31 a 33.

CAPÍTULO II
DA VACÂNCIA

Art. 41. A vacância do cargo decorrerá de:

I - exoneração;
II - demissão;
III - promoção;
IV - aposentadoria;
V - falecimento;
VI - transferência;
VII - posse em outro cargo inacumulável;
VIII - readaptação.

CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25/09/2009

Art. 42. Dar-se-á a exoneração:

I - a pedido;

II - de ofício, quando se tratar de provimento em comissão ou em substituição;

III - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

IV - quando o servidor não entrar em exercício no prazo legal.

Art. 43. A vaga ocorrerá da data:

I - do falecimento;

II - imediata àquela em que o servidor completar 70 (setenta) anos de idade;

III - da publicação:

a) da lei ou resolução que criar o cargo e conceder dotação para o seu provimento ou da lei que determinar esta última medida, se o cargo estiver criado;

b) do ato que promover, transferir, aposentar, exonerar, demitir ou readaptar o servidor;

c) da posse em outro cargo inacumulável.

Art. 44. A demissão será aplicada como penalidade.

TÍTULO III
DAS MUTAÇÕES FUNCIONAIS
CAPÍTULO I
DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 45. Haverá substituição no caso de impedimento do ocupante de cargo de direção, ou chefia, de provimento efetivo ou em comissão e de função gratificada.

§ 1º. A substituição dependerá de ato da Administração.

§ 2º. A substituição será gratuita; quando, porém, exceder de 15 (quinze) dias, será remunerada e por todo o período.

§ 3º. Mesmo que para determinado cargo ou função não haja previsão de substituição, esta poderá ocorrer, provada a necessidade e conveniência da Administração, recebendo, neste caso, o substituto, o vencimento correspondente ao do substituído, exceto as vantagens pessoais.

§ 4º. O substituto optará pelos vencimentos do cargo em que for titular ou os do cargo em que exercer a substituição.

§ 5º. A reassunção ou vacância do cargo cessará de pronto os efeitos da substituição.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 08 / 2009

CAPÍTULO II
DA REMOÇÃO E DA PERMUTA

Art. 46. Remoção é o ato mediante o qual o servidor passa a ter exercício em outra repartição ou serviço, preenchendo claro de lotação, sem que se modifique a sua situação funcional.

Art. 47. A remoção, que se processará a pedido do servidor ou de ofício, dar-se-á:

I - de um para outro setor, seção, serviço, departamento, secretaria, fundação ou autarquia;

II - de um para outro órgão do mesmo setor, seção, serviço, departamento ou secretaria.

§ 1º. No caso do item I, a remoção será feita por ato do Prefeito ou do Presidente da Câmara, conforme o caso.

§ 2º. No caso do item II, a remoção será feita por ato do diretor ou chefe de setor, seção, serviço, departamento ou do secretário.

§ 3º. A remoção só poderá ser feita respeitada a lotação de cada órgão, setor, seção, serviço, departamento ou secretaria.

Art. 48. A permuta será processada a pedido dos interessados, na forma de remoção.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25/08/2009

CAPÍTULO III
DA READAPTAÇÃO

Art. 49. Readaptação é a investidura em cargo mais compatível com a capacidade do servidor e dependerá sempre de exame médico e vaga.

Art. 50. A readaptação não implicará em aumento ou diminuição de vencimento e será feita mediante transferência.

Art. 51. A readaptação far-se-á:

I - de ofício:

a) quando se verificarem modificações no estado físico ou psíquico, ou nas condições de saúde do servidor que diminuam a eficiência no exercício do cargo;

b) quando se comprovar, em processo administrativo, que a capacidade intelectual do servidor não corresponde às exigências do exercício do cargo;

II - a pedido, quando houver desvio de função, com a ocorrência das circunstâncias seguintes:

a) o desvio de função adveio e subsiste por necessidade absoluta do serviço;

b) o desvio dura, pelo menos 2 (dois) anos, sem interrupção na data da vigência desta lei;

c) a atividade foi ou está sendo exercida de modo permanente;

d) as atribuições do cargo ocupado são perfeitamente diversas, e não, apenas, comparáveis ou afins, variando somente de responsabilidade e de grau;

e) o servidor possui as necessárias aptidões e habilita

ções para o desempenho regular do novo cargo, em que deva ser readaptado;

f) o servidor foi admitido por concurso, para o cargo de cujas funções foi desviado.

Parágrafo único. A readaptação será feita por decreto do Prefeito Municipal ou por ato do Presidente da Câmara Municipal, conforme o caso, mediante transformação do cargo do servidor, após a sua aprovação em provas de suficiência, para confirmação do desvio funcional e habilitação do servidor.

Art. 52. Somente poderá ser readaptado o servidor estável, quando não tenha ocupado cargo em comissão ou função gratificada no período de 120 (cento e vinte) dias anterior ao ato de readaptação.

Parágrafo único. É nula a readaptação realizada com infração deste artigo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 08 / 2009

TÍTULO IV
DOS DIREITOS E VANTAGENS
CAPÍTULO I
DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 53. A apuração do tempo de serviço far-se-á em dias, convertidos estes em ano de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Parágrafo único. Feita a conversão de que trata este artigo, os dias restantes até 182 (cento e oitenta e dois) não serão computados, arredondando-se para 01 (um) ano , para efeito de aposentadoria, quando excederem aquele número.

Art. 54. Será considerado como de efetivo exercício o período de afastamento em virtude de:

I - férias e férias-prêmio, inclusive as regulamentares do magistério;

II - casamento, até 08 (oito) dias consecutivos, contados da realização do ato;

III - luto pelo falecimento de pai, mãe, cônjuge, filho ou irmão, até 08 (oito) dias consecutivos, a contar do falecimento;

IV - luto, até 02 (dois) dias a contar do falecimento de tios, padrasto, madastra, cunhados, genro, nora, sogros e netos;

V - convocações para obrigações decorrentes do serviço militar;

VI - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

VII - desempenho de função legislativa federal, estadual ou municipal;

VIII - licença à servidora gestante;

IX - licença-paternidade;

X - licença do servidor acidentado em serviço ou acometido de doença profissional ou moléstia grave;

XI - missão ou estudo, em outros pontos do território nacional ou no exterior, quando o afastamento houver sido autorizado , por ato do Prefeito ou do Presidente da Câmara, conforme o caso;

XII - provas de competições esportivas, quando o afastamento for autorizado pelo Prefeito ou Presidente da Câmara, conforme o caso;

XIII - faltas abonadas.

Art. 55. Na contagem de tempo, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, computar-se-á integralmente:

I - o tempo de serviço em outro cargo ou função pública municipal, estadual e federal, anteriormente exercida pelo servidor, inclusive autárquico de outros níveis de Governo;

II - o período de serviço ativo nas Forças Armadas contando-se em dobro o tempo correspondente a operações de guerra, de que o servidor tenha efetivamente participado;

III - o tempo de serviço prestado como extranumerário, desde que remunerado pelos cofres municipais;

IV - o tempo em que o servidor esteve em disponibilidade;

V - o tempo de serviço prestado à iniciativa privada obedecendo-se os critérios de lei de contagem de tempo recíproco.

Parágrafo único. Será objeto de regulamento o processo para apuração de tempo de serviço, para qualquer tipo de reinvidicação em que sirva de base.

Art. 56. É vedada a acumulação do tempo de serviço prestado, simultaneamente, em 02 (dois) ou mais cargos ou funções públicas, ou em entidades autárquicas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 04 / 2009

CAPÍTULO II
DA ESTABILIDADE

Art. 57. O servidor nomeado, em caráter efetivo, adquire estabilidade após 02 (dois) anos de efetivo exercício do cargo.

§ 1º. A estabilidade diz respeito ao serviço público e não ao cargo.

§ 2º. Os servidores municipais da administração direta, autárquica e da fundações públicas, em exercício até 05.10.88 , há pelo menos 05 (cinco) anos continuados e que não tenham sido admitidos por concurso público, são considerados estáveis no serviço pú-

blico.

Art. 58. O servidor estável somente perderá o cargo:

I - em virtude de decisão judicial, transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo, em que lhe seja assegurada ampla defesa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura 25 / 03 / 2009
Por [illegible]

CAPÍTULO III
DAS FÉRIAS

Art. 59. Após cada período de 12 (doze) meses de exercício, o servidor terá direito a férias, na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 05 (cinco) vezes;

II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 06 (seis) a 14 (quatorze) faltas;

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas;

IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas.

§ 1º. Não será considerada falta ao serviço, para os efeitos deste artigo, a ausência do servidor:

I - nos casos referidos no art. 54, incisos II, III, IV, V, VI, VIII, IX, XI, XII e XIII;

II - durante a suspensão preventiva para responder processo administrativo, quando julgada improcedente a acusação, ou a prisão preventiva, quando for impronunciado ou absolvido.

§ 2º. Considera-se falta ao serviço, para efeitos deste artigo, a licença para tratar de assuntos particulares.

§ 3º. É vedado descontar, do período de férias, as faltas do servidor ao serviço.

§ 4º. Durante as férias, o servidor terá direito a remuneração integral, exceto a gratificação por serviço extraordinário não habitual, com acréscimo de 1/3 (um terço).

Art. 60. As férias serão concedidas por ato do Prefeito ou do Presidente da Câmara, conforme o caso, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o servidor tiver adquirido o direito.

Parágrafo único. Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em 02 (dois) períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos.

Art. 61. É facultado ao servidor, mediante concessão do

Prefeito ou do Presidente da Câmara, conforme o caso, desde que conveniente ao serviço, converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.

Parágrafo único. O abono de férias deverá ser requerido até 15 (quinze) dias antes do término do período aquisitivo.

Art. 62. O servidor em gozo de férias não será obrigado a interrompê-las nem a apresentar-se antes do seu término, por motivo de qualquer alteração de situação funcional.

Art. 63. É proibida a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade do serviço e pelo máximo de 02 (dois) anos.

Art. 64. É facultado ao servidor gozar férias onde bem lhe convier, cumprindo-lhe, no entanto, comunicar ao chefe imediato o seu endereço eventual.

Art. 65. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 61 será efetuado até 02 (dois) dias antes do início do respectivo período.

Art. 66. Deverá ser organizada, no mês de dezembro, a escala de férias para o ano seguinte, que poderá ser alterada de acordo com as conveniências do serviço.

§ 1º. Organizada a escala de férias, deverá a mesma ser levada ao conhecimento dos servidores, através de afixação no lugar de costume.

§ 2º. Se membros da mesma família forem servidores do Município, terão direito a gozar férias no mesmo período, se disto não resultar considerável prejuízo para o serviço.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 08 / 2009

CAPÍTULO IV
DAS FÉRIAS-PRÊMIO

Art. 67. Após cada 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público, será concedida ao servidor 06 (seis) meses de férias-prêmio, admitida a sua conversão em espécie, por opção do servidor, ou, para efeito de aposentadoria, a contagem em dobro das não gozadas.

Parágrafo único. Não terá direito a férias-prêmio o servidor que, no período de sua aquisição, houver:

I - faltado ao serviço, injustificadamente, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou não;

II - gozado licença:

a) para tratamento de saúde, por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, consecutivos ou não;

b) por motivo de doença em pessoa da família, por mais de 120 (cento e vinte) dias, consecutivos ou não;

c) para tratar de interesse particular, por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos ou não;

III - sofrido pena de suspensão.

Art. 68. As férias-prêmio poderão ser gozadas, por inteiro ou parceladamente, e, neste último caso, em período não inferior a 30 (trinta) dias, devendo o servidor, para esse fim, declarar expressamente, no requerimento em que pedir as férias-prêmio, o número de dias que pretende gozar.

§ 1º. A concessão das férias-prêmio será processada e formalizada pelo órgão de pessoal depois de verificado se foram satisfeitos todos os requisitos legais exigidos, inclusive o parecer favorável do chefe imediato do servidor, quanto à oportunidade da concessão.

§ 2º. O servidor aguardará em exercício a concessão das férias-prêmio, a qual deverá ser iniciada dentro de 30 (trinta) dias do conhecimento oficial do ato concessionário, sob pena de caducidade automática da concessão.

CAPÍTULO V
DAS LICENÇAS
Seção I
Disposições Preliminares

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 09 / 2007

Art. 69. O servidor poderá ser licenciado:

I - para tratamento de saúde;

II - por motivo de doença em pessoa de sua família;

III - por motivo de gestação;

IV - para prestar serviço militar obrigatório;

V - para tratar de interesses particulares;

VI - para desempenhar mandato eletivo, na forma da legislação federal em vigor;

VII - quando acometido de doença profissional ou acidente de trabalho;

VIII - por motivo de paternidade, pelo período de 05 (cinco) dias ininterruptos, contados do nascimento do filho, comprovado por certidão de nascimento.

Parágrafo único. Ao ocupante de cargo de provimento em comissão não se concederá licença nos casos dos itens IV, V e VI, deste artigo.

Art. 70. Terminada a licença, e não havendo prorrogação,

o servidor retornará, imediatamente, ao exercício do cargo.

Art. 71. A licença poderá ser prorrogada a pedido ou de ofício.

Parágrafo único. O pedido será apresentado até 05 (cinco) dias antes de findo o prazo da licença; se indeferido, contar-se-á como de licença o período compreendido entre a data do término e a do conhecimento oficial do despacho denegatório da prorrogação.

Art. 72. As licenças por tempo superior a 30 (trinta) dias só poderão ser concedidas pelo Prefeito ou Presidente da Câmara, conforme o caso; de tempo inferior poderão ser concedidas pelo chefe do Setor.

Art. 73. A licença, dependente da inspeção médica, será concedida pelo prazo estabelecido pelo laudo. Findo o prazo, haverá nova inspeção e o laudo médico deverá concluir pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria, se for o caso.

Art. 74. A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias, contados do término de outra da mesma espécie, será considerada como prorrogação.

Art. 75. O servidor não poderá permanecer em licença, por moléstia, pelo prazo superior a 02 (dois) anos.

Art. 76. Decorrido o prazo estabelecido no artigo anterior, o servidor será submetido a exame e aposentado, se for considerado definitivamente inválido para os serviços em geral.

Art. 77. O servidor poderá gozar licença onde lhe convier, ficando obrigado a comunicar o seu endereço ao chefe a que estiver imediatamente subordinado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25/04/2009

Seção II

Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 78. A licença para tratamento de saúde será concedida a pedido do servidor ou de ofício.

Parágrafo único. Em ambos os casos, é indispensável o prévio exame médico, que se realizará, quando necessário, na residência do servidor.

Art. 79. No decurso do período da licença, o servidor abster-se-á de exercer qualquer atividade remunerada ou mesmo gratuita, quando esta última for em caráter contínuo, sob pena de cassação imediata da licença, com perda de vencimento correspondente ao período já gozado.

Art. 80. Sempre que possível, o exame para concessão da licença será feito por médico do Município, oficialmente credenciado,

salvo os casos indicados nesta lei.

§ 1º. As licenças por período superior a 60 (sessenta) dias, dependerão de exame do servidor por junta médica, indicada pelo Prefeito Municipal ou Presidente da Câmara Municipal, conforme o caso.

§ 2º. O atestado ou laudo passado por médico ou junta médica particular só produzirá efeitos depois de homologado pelo Setor de Saúde do Município.

Art. 81. No curso da licença, o servidor poderá ser examinado a requerimento ou de ofício, ficando obrigado a reassumir imediatamente seu cargo, se for considerado apto para o trabalho, sob pena de se considerarem como faltas os dias de ausência.

Parágrafo único. Será punido disciplinarmente, com suspensão de 30 (trinta) dias, o servidor que recusar submeter-se a exame médico, cessando os efeitos da penalidade, logo que se verifique o exame.

Art. 82. O servidor que não reassumir o exercício do cargo, imediatamente após o término da licença, terá sua ausência computada como falta.

Art. 83. A licença a servidor acometido de tuberculose ativa, pênfigo foliáceo, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados de Paget (osteite deformante), será concedida com base nas conclusões da medicina especializada, quando o exame médico não concluir pela concessão imediata da aposentadoria.

Parágrafo único. Para verificação das moléstias referidas neste artigo, a inspeção médica será feita obrigatoriamente por uma junta médica, composta por, no mínimo de 03 (três) membros, designados pela Administração Municipal.

Art. 84. A licença para tratamento de saúde será concedida com vencimentos integrais e pelo prazo indicado no laudo médico.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL.
Planura, 25/02/2009

Seção III
Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 85. O servidor poderá obter licença por motivo de doença na pessoa do cônjuge, do qual não esteja separado, de ascendente, de descendente e de irmão, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal e esta não possa ser prestada, simultaneamente, com o exercício do cargo.

§ 1º. Provar-se-á a doença mediante exame médico, na

forma do disposto no art. 80.

§ 2º. A licença será concedida com vencimento integral até 01 (um) mês e, após, por tempo não superior a 24 (vinte e quatro) meses, com os seguintes descontos:

I - de 30% (trinta por cento), de 01 (um) até 03 (três) meses;

II - de 50% (cinquenta por cento), de 03 (três) até 12 (doze) meses;

III - sem vencimento, de 12 (doze) até 24 (vinte e quatro) meses.

§ 3º. Quando a pessoa da família do servidor se encontrar em tratamento fora do Município, permitir-se-á o exame médico por profissionais pertencentes ao quadro de servidores federais, estaduais ou municipais da localidade.

Seção IV
Da Licença à Gestante

Art. 86. À servidora gestante será concedida, mediante inspeção médica, licença com duração de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, com vencimentos.

Parágrafo único. A licença será requerida pela interessada, mediante atestado médico de que se encontra, até, no 8º (oitavo) mês de gestação, salvo prescrição médica em contrário.

Art. 87. Ocorrendo parto prematuro, o início da licença se contará a partir da data do parto.

CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 04 / 2007

Seção V
Da Licença para o Serviço Militar

Art. 88. Ao servidor convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional, será concedida licença com remuneração integral, pelo prazo que se tornar necessário, sem prejuízo de quaisquer direitos e vantagens.

§ 1º. A licença será concedida mediante comunicação, por escrito do servidor ao chefe imediato, acompanhada de documento oficial que comprove a incorporação.

§ 2º. Dos vencimentos descontar-se-á a importância que o servidor perceber na qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar.

§ 2º. Ao servidor desincorporado, será concedido prazo de 15 (quinze) dias para reassunção do cargo, sem perda da remu-

neração.

§ 4º. Ao servidor oficial da Reserva das Forças Armadas será também concedida licença com remuneração integral, durante os estágios previstos pelos regulamentos militares, quando não perceber qualquer vantagem pecuniária pela convocação.

§ 5º. Quando o estágio for remunerado, assegurar-se-lhe-á o direito de opção.

Seção VI

Da Licença para Tratar de Interesses Particulares

Art. 89. Ao servidor estável poderá ser concedida licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, por período não superior a 02 (dois) anos.

§ 1º. A licença será negada, quando o afastamento do servidor, fundamentadamente, for inconveniente ao interesse do serviço.

§ 2º. O servidor aguardará, em exercício, a concessão da licença.

Art. 90. Não será concedida licença ao servidor:

I - nomeado antes do término do estágio probatório de 02 (dois) anos;

II - removido ou transferido antes de assumir o exercício;

III - que tiver sua última licença para tratar de interesses particulares finda há menos de 02 (dois) anos.

Art. 91. A autoridade que deferiu a licença, poderá cassá-la e determinar que o servidor reassuma o exercício do cargo, se assim o exigir o interesse do serviço municipal.

Paragrafo único. O servidor poderá desistir da licença, a qualquer tempo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25/02/2009

Seção VII

Da Licença por Doença Profissional ou Acidente de Trabalho.

Art. 92. Ao servidor acometido de doença profissional ou acidente em serviço, será concedida licença, após exame médico e terá sua remuneração integral.

§ 1º. Acidente é o evento danoso, que tem como causa mediata ou imediata, o exercício das atribuições inerentes ao cargo.

§ 2º. Considera-se também acidente, a agressão sofrida injustamente e não provocada, pelo servidor, no exercício de suas

funções ou em razão delas.

§ 3º. Entende-se por doença profissional, a que decorrer das condições do serviço ou de fatos neles ocorridos, devendo o laudo médico estabelecer-lhe rigorosa caracterização e nexo de causalidade.

§ 4º. A comprovação do acidente, indispensável para a concessão da licença, deverá ser feita em processo regular, no prazo de 08 (oito) dias.

§ 5º. O tratamento do acidentado correrá por conta dos cofres municipais.

§ 6º. Resultando do evento, incapacidade total e permanete, o servidor será aposentado com a remuneração integral.

§ 7º. Entende-se por incapacidade parcial e permanente a redução, por toda a vida, da capacidade de trabalho e, por incapacidade total e permanente, a invalidez irreversível.

Art. 93. No caso de morte, resultante de acidente do trabalho, será devida pensão correspondente aos vencimentos integrais do servidor:

I - ao cônjuge, enquanto permanecer em estado de viuvez;

II - aos filhos menores de 21 (vinte e um) anos;

III - às pessoas menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidas, que constam como dependentes do servidor no assentamento individual.

Parágrafo único. A pensão será distribuída igualitariamente entre os seus beneficiários.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25/09/2009

Seção VIII

Da Licença para o Desempenho de Mandato Eletivo

Art. 94. Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - eleito vice-prefeito fará jus a remuneração sem prejuízo dos seus vencimentos normais, na forma estipulada em decreto legislativo da Câmara.

§ 1º. Em qualquer caso que exija o afastamento do servidor para o exercício de mandato efetivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

§ 2º. É vedado ao vereador, no âmbito da sua administração pública municipal direta ou indireta, ocupar cargo em comissão ou aceitar emprego ou função remunerada.

§ 3º. Excetuam-se da vedação do parágrafo anterior , os cargos de chefes de Setores e Procurador-Geral do Município, desde que o Vereador se licencie do exercício do mandato.

§ 4º. Para concorrer a pleitos eleitorais o servidor municipal deverá licenciar-se do seu cargo no prazo estabelecido pela legislação eleitoral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 05 / 09 / 2007

CAPÍTULO VI
DAS FALTAS

Art. 95. Nenhum servidor poderá faltar ao serviço sem causa justificada.

§ 1º. Considera-se causa justificada o fato que, por sua natureza e circunstância, principalmente pelas consequências no círculo familiar, possa razoavelmente constituir escusa do não-comparecimento.

§ 2º. A justificação deverá ser apresentada por escrito ao chefe imediato, pelo servidor, no primeiro dia em que comparecer à repartição, sob pena de sujeitar-se às consequências da ausência.

§ 3º. Não poderão ser justificadas as faltas que excederem a 12 (doze) por ano, ou 02 (duas) por mês.

§ 4º. Se a falta for por moléstia, será comprovada por atestado médico; se por outros motivos, não previstos nesta lei, fica a critério da Administração a aceitação ou não da justificativa.

Art. 96. O expediente normal das repartições públicas municipais, do Poder Executivo será estabelecido pelo Prefeito Municipal por decreto e, do Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara por portaria, nos quais determinar-se-ão o número de horas de trabalho.

Art. 97. O servidor deverá permanecer na repartição durante as horas de trabalho ordinário e as do extraordinário, quando convocado.

Parágrafo único. O disposto no presente artigo aplica-se, igualmente aos servidores investidos em cargos ou funções de chefia.

Art. 98. A frequência será apurada por meio de ponto.

Art. 99. Ponto é o registro pelo qual se verificarão, diariamente, as entradas e saídas dos servidores em serviço.

§ 1º. Nos registros de ponto deverão ser lançados todos os elementos necessários à apuração da frequência.

§ 2º. Salvo nos casos expressamente previstos em lei ou regulamento, é vedado dispensar o servidor de registro de ponto.

Art. 100. O período de trabalho poderá ser antecipado ou prorrogado para toda repartição ou partes, conforme a necessidade do serviço.

Parágrafo único. No caso de antecipação ou prorrogação desse período, será remunerado o trabalho extraordinário, na forma prevista nesta lei.

Art. 101. Nos dias úteis, só por determinação do Prefeito Municipal poderão deixar de funcionar as repartições públicas municipais, ou serem suspensos os seus trabalhos, no todo ou em parte.

Art. 102. Para efeito de pagamento, apurar-se-á a frequência do seguinte modo:

CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25/10/2005

I - pelo ponto;

II - pela forma em que for determinado quanto aos servidores não sujeitos a ponto.

Parágrafo único. Haverá um boletim padronizado para a comunicação da frequência.

Art. 103. O servidor perderá:

I - o vencimento do dia, se não comparecer ao serviço;

II - 1/5 (um quinto) do vencimento, quando comparecer depois da hora marcada para início do expediente até 55 (cinquenta e cinco) minutos;

III - o vencimento do dia, quando comparecer na repartição sem a observância do limite horário estabelecido no item anterior;

IV - 4/5 (quatro quintos) do vencimento, quando se retirar da repartição no fim da segunda hora do expediente;

V - 3/5 (três quintos) do vencimento, quando se retirar no período compreendido entre o princípio e o fim da terceira hora do expediente;

VI - 2/5 (dois quintos) do vencimento, quando se retirar no período compreendido entre o princípio e o fim da quarta hora;

VII - 1/5 (um quinto) do vencimento, quando se retirar do princípio da quinta hora em diante.

Art. 104. No caso de faltas sucessivas, serão computados, para efeito de desconto, os domingos e feriados intercalados.

Art. 105. O servidor que por motivo de moléstia grave ou

súbita, não puder comparecer ao serviço, fica obrigado a fazer pronta comunicação do fato, por escrito ou por alguém a seu rogo ao Chefe direto, cabendo a este mandar examiná-lo imediatamente na forma do regulamento.

Art. 106. Aos servidores que sejam estudantes, será permitido faltar ao serviço, sem prejuízo dos vencimentos nos dias em que se realizarem provas, limitada a falha a 02 (dois) dias por mês.

Parágrafo único. Os servidores deverão apresentar documentos fornecidos pela Direção das escolas, que comprovem suas presenças às provas.

TÍTULO VI
DOS VENCIMENTOS E DAS VANTAGENS
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 107. Além do vencimento do cargo, o servidor poderá auferir as seguintes vantagens:

I - diária;
II - ajuda de custo;
III - abono-família;
IV - auxílio-doença;
V - auxílio-natalidade;
VI - auxílio-funeral;
VII - adicionais por tempo de serviço;
VIII - gratificação;
IX - Décimo Terceiro Vencimento ou Abono Natalino.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGI...
Planura 23/08/2009

Parágrafo único. O servidor que receber dos cofres públicos vantagem indevida, será punido, se tiver agido de má fé, respondendo, em qualquer caso, pela reposição da quantia que houver recebido, solidariamente com quem tiver autorizado o pagamento.

Art. 108. As reposições e indenizações devidas pelo servidor em razão de prejuízos que tenha causado ao erário municipal, serão descontadas em parcelas não excedentes de 20% (vinte por cento) do vencimento.

Parágrafo único. Quando o servidor solicitar exoneração, abandonar o cargo ou for demitido, não terá direito ao parcelamento previsto neste artigo.

Art. 109. É proibido ceder ou gravar vencimentos ou quaisquer vantagens decorrentes do exercício do cargo ou função. Os descontos somente serão aqueles autorizados em lei.

Art. 110. Só será admitida procuração, para efeito de re

cebimento de quaisquer importâncias dos cofres municipais decorrentes do exercício do cargo ou função, quando outorgada por servidor ausente do Município ou impossibilitado de locomover-se.

CAPÍTULO II
DO VENCIMENTO

Art. 111. Vencimento é a retribuição pecuniária paga ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, fixado em lei, se do Poder Executivo, ou resolução, se do Poder Legislativo.

Art. 112. A remuneração corresponde ao vencimento, acrescido de outras vantagens de ordem pecuniária atribuídas ao servidor, exceto o abono-família.

Art. 113. O servidor perderá:

I - 1/3 (um terço) do vencimento, durante o afastamento por motivo de prisão em flagrante, preventiva, ou decorrente de pronúncia ou sentença não-transita em julgado, com direito à diferença se absolvido;

II - 2/3 (dois terços) do vencimento, durante o período do afastamento em virtude de condenação, por sentença definitiva, desde que não declarado, nesta, a perda do cargo e esteja cumprindo a pena em regime fechado;

III - o vencimento, em caso de suspensão administrativa e durante o afastamento por motivo de suspensão preventiva decretadas em caso de alcance ou malversação de dinheiros públicos.

Art. 114. A remuneração do servidor não poderá ser objeto de arresto, sequestro ou penhora, salvo para:

I - prestação de alimentos, na forma da lei civil;

II - dívida com a Fazenda Pública do Município.

Art. 115. Os vencimentos dos cargos da Câmara Municipal, em nenhuma hipótese poderão ser superiores aos pagos pela Prefeitura para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas.

Art. 116. É vedada a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de quaisquer receitas municipais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 08 / 2009

CAPÍTULO III
DAS VANTAGENS
Seção I
Das Diárias

Art. 117. O servidor que deslocar-se de sua sede, eventualmente e por motivo de serviço fará jus à percepção de diárias ,

em bases fixadas em decreto do Poder Executivo ou portaria do Poder Legislativo, conforme o caso.

§ 1º. A diária não é devida:

I - no período de trânsito, ao servidor removido ou transferido;

II - quando o deslocamento do servidor durar menos de 06 (seis) horas;

III - quando o deslocamento se der para a localidade onde o servidor resida;

IV - quando relativa a sábado, domingo ou feriado, salvo se a permanência do servidor fora da sede nesses dias for conveniente ou necessária ao serviço.

§ 2º. Sede é a localidade onde o servidor tem exercício.

Art. 118. O pagamento de diária, que pode ser feito antecipadamente, destina-se a indenizar o servidor por despesas com alimentação e pousada, devendo ocorrer por dia de afastamento e pelo valor fixado no decreto ou portaria referidos no artigo anterior.

§ 1º. A diária é integral quando o afastamento se der por mais de 12 (doze) horas e exigir pousada paga pelo servidor.

§ 2º. Ocorrendo afastamento por até 12 (doze) horas, é devida apenas a parcela da diária relativa a alimentação.

Art. 119. É vedado o pagamento de diária, cumulativamente, com qualquer outra retribuição de caráter indenizatório de despesa com alimentação e pousada.

Art. 120. Constitui infração disciplinar grave, punível na forma da lei, conceder ou receber diária indevidamente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25/01/2017

Seção II
Da Ajuda de Custo

Art. 121. Será concedida ajuda de custo ao servidor que for designado para serviço ou estudo fora do Município, temporariamente.

Parágrafo único. A ajuda de custo destina-se a indenizar o servidor nas despesas de viagem e de nova instalação e será fixada pelo Prefeito ou Presidente da Câmara, conforme o caso, que, ao arbitrá-la, levará em conta a distância percorrida, o número de pessoas que acompanharão o servidor, o tempo da viagem e as despesas essenciais que serão realizadas.

Art. 122. A ajuda de custo não poderá exceder ao dobro do vencimento do servidor.

Art. 123. A ajuda de custo será paga ao servidor, adiantadamente, no local da repartição ou serviço de que foi desligado.

Art. 124. Não será concedida ajuda de custo:

I - quando o servidor se afastar da sede ou a ela voltar, em virtude de mandato eletivo;

II - quando for posto à disposição do Governo Federal, Estadual ou Municipal;

III - quando for transferido ou removido a pedido ou permuta, inclusive.

Art. 125. Restituirá ajuda de custo que tiver recebido:

I - o servidor que, quando designado na forma do art.121., não o fizer, salvo motivo independente a sua vontade, devidamente comprovado;

II - o servidor que, antes de terminado o desempenho da incumbência que lhe foi cometida, regressar, pedir exoneração ou abandonar o serviço.

§ 1º. A restituição poderá ser feita parceladamente, a juízo do Prefeito ou do Presidente da Câmara, conforme o caso, salvo no caso de recebimento indevido, em que a importância por devolver será descontada integralmente do vencimento ou remuneração.

§ 2º. A responsabilidade pela restituição de que trata este artigo atinge, exclusivamente, a pessoa do servidor.

§ 3º. Se o regresso do servidor for determinado pela autoridade competente ou por outro motivo de força maior, devidamente comprovado, não ficará ele obrigado a restituir a ajuda de custo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIG.
Planura, 25 / 01 / 2019

Seção III
Do Abono-Família

Art. 126. O abono-família será concedido a todo o servidor ativo ou inativo, que tiver:

I - cônjuge inválido sem remuneração própria;

II - filho menor de 14 (quatorze) anos;

III - filho inválido maior de 14 (quatorze) anos sem renda própria.

§ 1º. Compreende-se os incisos II e III deste artigo o filho de qualquer condição, o enteado e o menor que, mediante autorização judicial, estiver sob a guarda e o sustento do servidor.

§ 2º. A invalidez, para efeito deste artigo, corresponde a incapacidade total e permanente para o trabalho.

§ 3º. Fica equiparada ao cônjuge a companheira do servidor que com ele exclusivamente viver, há mais de 05 (cinco) anos

ou tiver filho comum.

§ 4º. Para efeitos do parágrafo anterior, o servidor deverá estar legalmente separado do cônjuge.

§ 5º. Os servidores, ativos e inativos, obrigam-se a comunicar o órgão competente, no prazo de 15 (quinze) dias, todas as alterações que ocorrerem na situação dos dependentes.

Art. 127. Quando pai e mãe forem servidores municipais, ativos ou inativos, viverem em comum e ambos tiverem a guarda dos dependentes a que se referem os incisos II e III do artigo anterior, o abono-família será distribuído igualmente entre eles.

Parágrafo único. Se não viverem em comum, será concedido ao que tiver os dependentes sob sua guarda; se ambos os tiverem, será concedido a um e outro dos pais, de acordo com a distribuição dos dependentes.

Art. 128. Ocorrendo o falecimento do servidor, o abono-família continuará sendo pago aos dependentes que faziam jus quando o servidor ainda vivia, até que o direito de cada dependente se extinga.

Parágrafo único. O pagamento será feito à pessoa legalmente responsável pelos beneficiários.

Art. 129. O abono-família será pago independentemente de frequência ou produção do servidor, não sofrerá qualquer desconto, nem será objeto de transação.

Art. 130. O valor do abono-família será fixado em lei.

Art. 131. É vedado pagamento de abono-família por dependente, em relação ao qual já esteja sendo percebido o benefício de outra entidade pública federal, estadual ou municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIG.
Planura, 15 / 08 / 2009

Seção IV
Do Auxílio-Doença

Art. 132. O servidor acometido de doença profissional ou acidentado em serviço perceberá um vencimento do cargo que ocupava, para cada 10 (dez) meses que permanecer afastado do trabalho.

Seção V
Do Auxílio-Natalidade

Art. 133. Ao servidor é devido um auxílio, por motivo de nascimento de filho, equivalente ao vencimento inicial do nível 01 (um), inclusive no caso de natimorto.

Parágrafo único. O pagamento será feito a partir do 8º

(oitavo) mês de gestação, devidamente comprovado ou, se nascido em tempo inferior a este, imediatamente após o nascimento.

SEÇÃO VI
Do Auxílio-Funeral

Art. 134 - A família do servidor falecido, ainda que a tempo de sua morte estivesse ele em disponibilidade ou aposentado, será concedido o auxílio-funeral correspondente a 01 (um) mês de vencimento ou provento.

§ 1º - Em caso de acumulação, permitida em lei, o auxílio funeral será pago somente em razão do cargo de maior vencimento do servidor falecido.

§ 2º - Quando não houver pessoa da família do servidor no local do falecimento, o auxílio-funeral será pago a quem promover o enterro, mediante comprovação das despesas.

§ 3º - O pagamento de auxílio-funeral obedecerá a processo sumaríssimo, concluído no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da apresentação do atestado de óbito, incorrendo em pena de suspensão o responsável pelo retardamento.

§ 4º - O pagamento será autorizado pelo Prefeito Municipal ou pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, à vista da certidão de óbito e dos comprovantes das despesas, se for o caso.

Seção VII
Dos Adicionais por Tempo de Serviço

Art. 135 - Os servidores do Município terão, a partir do 5º (quinto) ano de exercício, seus vencimentos acrescidos de 10% (dez por cento) por quinquênio.

Art. 136 - O servidor que completar 25 (vinte e cinco) anos no serviço público municipal fará jus à sexta parte de seus vencimentos.

Art. 137 - Os adicionais de que tratam os artigos 135 e 136, incorporar-se-ão aos vencimentos para todos os efeitos e serão pagos juntamente com eles.

Art. 138 - Os acréscimos pecuniários percebidos pelos servidores não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento

Seção VIII
Das Gratificações

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura 25 / 07 / 2007

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL

Planura, 25/08/2007

Art. 139. Serão concedidos os seguintes adicionais e gratificações:

I - gratificação pelo exercício de funções especificadas em lei ou resolução da Câmara, conforme o caso;

II - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

III - adicional pela prestação de serviço noturno;

IV - gratificação pela execução ou colaboração em trabalhos técnicos ou científicos, fora das atribuições normais do cargo;

V - adicional pela execução de trabalho perigoso, insalubre ou penoso;

VI - gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva;

VII - gratificação pelo exercício do encargo de membro de banca examinadora ou comissão de concurso ou seu auxiliar;

VIII - adicional pelo exercício de atribuições normais de pagar ou receber em moeda corrente, como auxílio para diferença de caixa.

Art. 140. A gratificação de função será devida ao servidor que exercer cargo de chefia ou outros especificados em lei ou resolução da Câmara, conforme o caso.

Parágrafo único. A gratificação de função será fixada em lei ou resolução da Câmara, conforme o caso.

Art. 141. O servidor convocado para trabalhar fora do horário de seu expediente terá direito a gratificação por serviços extraordinários.

Parágrafo único. O exercício de cargo em comissão ou de função gratificada exclui a gratificação por serviços extraordinários.

Art. 142. O adicional pela prestação de serviços extraordinários será determinado pela autoridade competente, ouvido o Chefe imediato do servidor.

§ 1º. O adicional será pago com acréscimo de 50% (cinquenta) por cento por hora de trabalho que exceder o período normal do expediente.

§ 2º. Salvo casos excepcionais, devidamente justificados, não serão prestados serviços extraordinários acima de 02 (duas) horas diárias.

Art. 143. O adicional pela prestação de serviço noturno, assim entendido o que decorrer no período compreendido entre as 22h.00m (vinte e duas horas) de um dia e as 5h.00m (cinco horas) do dia seguinte, corresponderá a 20% (vinte por cento) da remuneração do trabalho diurno, sem prejuízo do adicional pela prestação de serviço

extraordinário, quando acumulado.

Art. 144. A gratificação pela execução ou colaboração em trabalhos técnicos ou científicos de utilidade para o serviço municipal será arbitrada pelo Prefeito Municipal ou pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, após a conclusão dos trabalhos ou, previamente, quando assim for necessário.

Art. 145. O adicional pela execução de trabalho penoso, perigoso ou insalubre será devido nos termos da lei federal que rege o assunto para as atividades privadas.

Art. 146. A gratificação pela participação em órgãos de deliberação coletiva ou pelo exercício de encargo de membro de banca examinadora ou comissão de concurso, ou seu auxiliar, será fixada no próprio ato que designar o servidor, em decreto do Executivo ou portaria do Legislativo, conforme o caso.

Art. 147. O servidor que receber importância relativa a serviço extraordinário não prestado, será obrigado a restituí-la de uma só vez, ficando sujeito a processo disciplinar.

Art. 148. Será punido, com pena de suspensão, o servidor que se recusar, sem justa causa, a prestação de serviço extraordinário. De igual forma, o servidor que atestar, falsamente, a prestação de serviço extraordinário.

Parágrafo único. Na reincidência dos fatos mencionados neste artigo, o servidor será punido com a demissão, a bem do serviço público.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25/08/2009

Seção IX

Do Décimo Terceiro Vencimento

Art. 149. Ao servidor estável, ativo ou inativo, e ao pensionista será concedido, no mês de dezembro de cada ano, um vencimento ou provento, independente da remuneração habitual a que fizer jus.

§ 1º. O vencimento ou provento extra corresponderá a 1/12 (um doze avos) do vencimento ou provento devido em dezembro, por mês de serviço do ano correspondente.

§ 2º. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho, será computada como mês integral e a fração inferior será desprezada, para efeitos do parágrafo anterior.

§ 3º. As faltas legais e justificadas no serviço, não serão deduzidas para fins de cálculo do vencimento.

Art. 150. Ocorrendo exoneração ou demissão, o servidor receberá o vencimento de que trata o artigo anterior, nos termos dos seus parágrafos 1º e 2º, calculado sobreo vencimento do mês da exoneração ou demissão.

Art. 151. O vencimento extra será pago, impreterivelmente, pela Administração, até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO IV
DA ASSISTÊNCIA

Art. 152. O Município, diretamente ou não, prestará serviços de assistência e previdência a seus servidores e respectivas famílias, na forma que a lei estabelecer.

Parágrafo único. A assistência abrangerá, entre outros benefícios:

I - assistência médica, dentária, farmacêutica e hospitalar;

II - plano de previdência e seguro;

III - assistência jurídica;

IV - financiamento para aquisição da casa própria, por intermédio de órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH);

V - cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional ou treinamento, em matéria de interesse municipal;

VI - assistência social, especificamente, no que concerne à orientação, recreação e lazer.

Art. 153. Os serviços de assistência que o Município não puder prestar gratuitamente, deverão ser cobrados pelo custo.

Parágrafo único. Poderão ser descontadas, na folha de pagamento, as despesas referentes aos serviços de assistência a que se refere este artigo, desde que o desconto não ultrapasse 30% (trinta por cento) do vencimento, remuneração ou provento do servidor ativo ou inativo.

Art. 154. O Município cumprirá as prescrições da legislação federal, no que tange aos trabalhos penosos, perigosos ou insalubres executados por servidores.

Art. 155. A lei regulará as condições de organização e funcionamento dos serviços de assistência referidas nos artigos anteriores.

Art. 156. O Município estabelecerá em lei ou convênio o regime previdenciário de seus servidores, sujeitos a este regime único.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25/08/2009

CAPÍTULO V
DO DIREITO DE REPRESENTAR

Art. 157. É assegurado a todo servidor o direito de requerer ou representar.

Art. 158. O requerimento será examinado pelo órgão de pessoal, que prestará as informações funcionais atinentes ao assunto, encaminhando-o em seguida à autoridade competente para dicidí-lo,

Parágrafo único. O requerimento será decidido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, improrrogáveis.

Art. 159. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a decisão, não renovável.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração será decidido dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art. 160. Caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias:

I - quando o pedido de reconsideração não for decidido no prazo legal;

II - do indeferimento do pedido de reconsideração;

III - das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

§ 1º. O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver proferido a decisão ou expedido o ato e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

§ 2º. O recurso será julgado no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua interposição.

§ 3º. O pedido de reconsideração e o recurso não terão efeito suspensivo; o que for provido retroagirá, nos seus efeitos, à data do ato impugnado.

Art. 161. O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá:

I - em 05 (cinco) anos, quanto aos atos de que decorram demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos.

Parágrafo único. O prazo de prescrição contar-se-á da data da publicação do ato; quando este for de natureza reservada, da data em que o interessado dele tiver ciência.

Art. 162. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição uma só vez, observada a legislação federal quanto à prescrição quinquenal.

Art. 163. É assegurado ao servidor o direito de vista ao processo administrativo em que seja parte.

Art. 164. São improrrogáveis e fatais os prazos disciplinados neste Capítulo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 08 / 2009

CAPÍTULO VI
DA DISPONIBILIDADE

Art. 165 - O servidor estável ficará em disponibilidade remunerada quando:

I - seu cargo for extinto e não tornar possível seu imediato aproveitamento em cargo equivalente;

II - no interesse da Administração, se seus serviços tornarem-se desnecessários;

III- na última hipótese do § 3º do artigo 30.

Parágrafo Único - REstabelecido o cargo, ainda que alterada sua denominação, o servidor em disponibilidade nele será obrigatoriamente aproveitado.

Art. 166 - A declaração da desnecessidade do cargo, a que se refere o ítem II do artigo anterior, será feita através de Decreto do Executivo ou Portaria do Legislativo, conforme o caso.

Art. 167 - Ao servidor em disponibilidade são assegurados seus vencimentos integrais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25/10/2005

CAPÍTULO VII
DA APOSENTADORIA

Art. 168 - O servidor será aposentado, pelo INSS:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente:

a) aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta), se mulher, com proventos integrais;

b) aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e 25 (vinte e cinco), se professora, com proventos integrais;

c) aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco), se mulher, com proventos Proporcionais a esse tempo;

d) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta), se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º - A aposentadoria por invalidez será sempre precedida de licença por período não excedente de 24 (vinte e quatro) me-

ses, salvo quando o laudo médico concluir, anteriormente àquele prazo, pela incapacidade definitiva para o serviço público.

§ 2º. Será aposentado o servidor que, depois de 24 (vinte e quatro) meses de licença para tratamento de saúde, for considerado inválido para o serviço público.

§ 3º. Considera-se doenças graves, para fins deste artigo, a tuberculose ativa, a alienação mental, a neoplasia maligna , a cegueira, a lepra, o pênfigo foliáceo, a paralisia, a cardiopatia grave, a doença de Parkinson, a espondilose-artrose anquilosante, a nefropatia grave, os estados avançados de Paget (osteite deformante) e a síndrome da imuno-deficiência adquirida (AIDS), que invalide o servidor para o serviço público.

§ 4º. Considera-se acidente, para os efeitos desta lei, o evento danoso que tiver como causa mediata ou imediata o exercício das atribuições inerentes ao cargo.

§ 5º. Equipara-se a acidente a agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício de suas funções.

§ 6º. A prova de acidente será feita em processo especial, no prazo de 08 (oito) dias, prorrogáveis quando as circunstâncias o exigirem, sob pena de suspensão de quem omitir ou retardar a providência.

§ 7º. Entende-se por doença profissional a que decorrer das condições do serviço ou de fatos nele ocorridos, devendo o laudo médico estabelecer-lhe rigorosa caracterização.

§ 8º. Ao servidor ocupante de cargo em comissão aplicar-se-á o disposto neste artigo, quando inválido em consequência de acidente no exercício de suas funções ou em virtude de moléstia profissional.

Art. 169. Os proventos proporcionais ao tempo de serviço do servidor serão calculados na razão de:

I - 1/30 (um trinta avos) por ano, se professor, e 1/25 (um vinte e cinco avos), se professora;

II - 1 (um) por quantos forem os anos necessários para a aposentadoria integral por tempo de serviço, por ano, nos casos em que a lei federal fixar menor tempo em decorrência do exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas;

III - 1/35 (um trinta e cinco avos) por ano, se do sexo masculino, e 1/30 (um trinta avos), se do sexo feminino, nos demais casos.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria não poderão exceder, em caso algum, à remuneração percebida pelos servidores em atividade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 08 / 2009

Art. 170 - Os proventos da inatividade dos apodentados serão revistos quando, **por** motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, for concedido **aumento** geral de vencimentos aos servidores em atividade.

Art. 171 - Os aposentados receberão, incluídos nos proventos, os adicionais **por** tempo de serviço e quaisquer outras vantagens atribuídas aos **servidores** em caráter permanente.

§ 1º - Não considera-se proventos o abono-família a que tem direito o servidor **aposentado.**

§ 2º - Em **nenhum** caso o provento da aposentadoria poderá ser inferior ao salário **mínimo** vigente no país.

Art. 172 - A aposentadoria que depender de inspeção médica só será decretada **depois** de verificada a impossibilidade de readaptação do servidor.

Art. 173 - É automática a aposentadoria compulsória, calculando-se os proventos **do** aposentado com base no vencimento e nas vantagens a que se fizer **jus no** dia em que atingir a idade limite.

Parágrafo Único - O retardamento do ato que declarar a aposentadoria não impedirá que o servidor se afaste do cargo, no dia imediato ao que atingir **a idade** ou o tempo limite.

Art. 174 - Nos casos em que tenha sido a aposentadoria concedida por motivos **de invalidez**, será o aposentado submetido a inspeção médica após o **decurso** de cada 03 (três) anos, para efeito de reversão.

Art. 175 - Fica o Município autorizado a complementar a aposentadoria caso o **INSS** não pagá-la integralmente.

Prefeitura Municipal de Planura
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 08 / 2009

TÍTULO VII
DO REGIME DISCIPLINAR
CAPÍTULO I
DA ACUMULAÇÃO

Art. 176 - É vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

I - a de **2** (dois) cargos de professor;

II - a de **um** cargo de professor com outro técnico ou científico;

III- a de **2** (dois) cargos privativos de médico.

Parágrafo Único - A proibição de acumular cargo estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas e sociedade de aconomia mista e fundações mantidas pelo Poder Público.

Art. 177 - Verificada em processo administrativo a acumulação proibida, e provada a boa-fé, o servidor optará por um dos cargos ou funções.

Parágrafo Único - Provada a má-fé, perderá todos os cargos ou funções e será obrigado a restituir o que tiver recebido indevidamente, sem prejuízo do procedimento penal cabível.

Art. 178 - A autoridade municipal ou o chefe de Setor que tiver conhecimento que qualquer de seus subordinados acumula, indevidamente, cargos ou funções públicas, comunicará o fato ao órgão de pessoal, para os fins indicados no artigo anterior, sob pena de responsabilidade.

CAPÍTULO II
DOS DEVERES E PROIBIÇÕES
Seção I
Dos Deveres

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 08 / 2009

Art. 179 - São deveres do servidor:

I - comparecer ao serviço com assiduidade e pontualidade, nas horas de trabalho ordinário e extraordinário, quando convocado;

II - cumprir determinações superiores, salvo quando manifestamente ilegais;

III - observar as normas legais e regulamentares;

IV - executar os serviços que lhe competirem e desempenhar, com zelo e presteza, os trabalhos de que for incumbido;

V - tratar com urbanidade os colegas e as partes, atendendo a estas sem preferências pessoais;

VI - representar a autoridade superior sobre irregularidade de que tiver ciência, em razão do cargo;

VII - zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado;

VIII- providenciar para que esteja sempre atualizado, no assentamento individual, sua declaração de família;

IX - guardar sigilo sobre os assuntos da administração;

X - atender com prioridade:

a) - às requisições para defesa da Fazenda Pública;

b) - à expedição de certidões requeridas para defesa de direitos;

c) - ao cumprimento imediato de decisões e ordens emanadas do Poder Judiciário;

XI - apresentar relatórios ou resumos de suas atividades nas hipóteses e prazos previstos em lei ou regulamento;

XII - colaborar com o aperfeiçoamento dos serviços, sugerindo à administração as medidas que julgar necessárias.

Seção II
Das Proibições

Art. 180 - Ao servidor é proibido:

I - referir-se publicamente, de modo depreciativo, às autoridades constituídas e aos atos da administração, podendo, todavia, em trabalho assinado, apreciá-los doutrinariamente com o fito de colaboração e cooperação;

II - retirar, sem prévia permissão da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - promover manifestação de apreço ou desapreço, fazer circular ou sibscrever lista de donativos no recinto da repartição;

IV - valer-se de sua qualidade de servidor, para obter proveito pessoal para si ou outrem;

V - participar de gerência ou administração de empresa comercial ou industrial, salvo os casos expressos em lei;

VI - exercer comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como acionista, cotista ou comanditário;

VII - coagir ou aliciar subordinados, no sentido de filiar-se a associação profissional ou sindical ou a partido político;

VIII - pleitear, como procurador ou intermediário, junto às repartições municipais, salvo quando se tratar de interesse de parentes até 2º (segundo) grau;

IX - receber propinas, comissões, presentes e vantagens de qualquer espécie em razão de suas atribuições;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 07 / 2007

X - usar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei ou Resolução da Câmara, conforme o caso, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados;

XII - exercer atividades particulares no horário de trabalho;

XIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XIV - recusar fé a documentos públicos;

XV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

XVI - utilizar equipamentos do Município ou permitir que deles se utilizem para fim alheio ao serviço público;

XVII - praticar a usura em qualquer de suas formas;

XVIII- incitar greves ou a elas aderir, fora dos limites estabelecidos em Lei Federal, ou praticar atos de sabotagem contra o serviço público.

Art. 181 - A autoridade que tiver ciência ou notícia da ocorrência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover lhe a apuração imediata, por meios sumários de inquéritos ou processo administrativo.

Parágrafo Único - O processo administrativo precederá sempre à demissão do servidor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 07 / 2007

CAPÍTULO III
DA RESPONSABILIDADE

Art. 182 - O servidor responderá civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 183 - A responsabilidade civil decorre de procedimento doloso ou culposo, que importe prejuízo à Fazenda Municipal ou a terceiros.

§ 1º - O servidor será obrigado a repor de uma só vez, a importância do prejuízo causado à Fazenda Municipal, em virtude de acumulação de cargos, apurada a má-fé, de alcance, desfalque, remissão

ou omissão em efetuar recolhimentos ou entradas, nos prazos legais.

§ 2º - Nos demais casos, a indenização de prejuízos causados à Fazenda Municipal, poderá ser liquidada mediante o desconto em folha, nunca excedente da 10ª (décima) parte do vencimento.

§ 3º - Tratando-se de danos causados a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Municipal em ação regressiva, proposta depois de transitar em julgado a decisão de última instância que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado.

Art. 184 - A responsabilidade penal será apurada nos termos da legislação aplicável.

Art. 185 - A responsabilidade administrativa resulta de atos ou omissões praticados no desempenho do cargo ou função.

Parágrafo Único - A responsabilidade administrativa não exime o servidor da responsabilidade civil ou penal que couber nem do pagamento da indenização a que ficar obrigado.

Art. 186 - As cominações civis, penais e disciplinares poderão cumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, bem assim as instâncias civil, penal e administrativa.

CAPÍTULO IV
DAS PENALIDADES

Art. 187 - Considera-se infração disciplinar o ato praticado pelo servidor com violação dos deveres e das proibições decorrentes do cargo ou da função que exerce.

Art. 188 - São penas disciplinares, em ordem crescente de gravidade:

I - advertência;
II - repreensão;
III - suspensão;
IV - destituição de função;
V - demissão;
VI - cassação de aposentadoria e disponibilidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25/02/2009

§ 1º - As penas previstas nos ítens II a VI, serão obrigatoriamente registradas no assentamento individual do servidor.

§ 2º - Na aplicação das penas disciplinares, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem para o serviço público.

§ 3º - As anistias não implicam o cancelamento do registro de qualquer penalidade, que servirá para apreciação da conduta do servidor, mas nele se averbará que, em virtude de anistia, a pena deixou de produzir os efeitos legais.

Art. 189 - A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve e sempre no intuito do aperfeiçoamento profissional do servidor.

Art. 190 - A pena de repreensão será aplicada por escrito nos casos de:

I - desobediência ou falta de cumprimento dos deveres;

II - reincidência de infrações sujeitas a pena de advertência.

Art. 191 - A pena de suspensão, que não excederá de 60 (sessenta) dias, será aplicada nos casos de:

I - falta grave ou de reincidência de infrações sujeitas a pena de repreensão;

II - recusa a submeter-se a exame médico determinado por autoridade competente, até 30 (trinta) dias;

III - violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a pena de demissão.

§ 1º - O servidor, enquanto suspenso, perderá todos os direitos e vantagens decorrentes do exercício do cargo, exceto o abono-família.

§ 2º - Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento, obrigado, neste caso, o servidor a permanecer em serviço.

Art. 192 - A pena de demissão será aplicada nos casos de:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono do cargo por mais de 30 (trinta) dias consecutivos;

III - incontinência pública ou embriaguez habitual;

IV - insubordinação grave em serviço;

V - ofensa física ou moral contra servidor ou particular quando em serviço, salvo em legítima defesa;

VI - ofensa moral ou física contra o Prefeito, o Vice-

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 03 / 2003

Prefeito e Vereador do Município;

VII - aplicação irregular dos dinheiros públicos;

VIII - lesão aos bens municipais e aos cofres públicos;

IX - revelação de segredo confiado em razão do cargo;

X - falta de assiduidade, assim considerado o servidor que, no período de 12 (doze) meses, faltar ao serviço 90 (noventa) dias, alternadamente, sem causa justificada;

XI - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XII - transgressão dos incisos IV, V, VI, VIII, IX, X, XIV e XV, do art. 180.

Art. 193 - O ato de demissão mencionará sempre a causa da penalidade e a disposição legal em que se fundamenta.

Art. 194 - Será igualmente cassada a disponibilidade e a aposentadoria, se ficar provado que o inativo ou servidor em disponibilidade:

I - praticou falta grave no exercício do cargo;

II - aceitou, ilegalmente, cargo ou função pública;

III - foi condenado por crime cuja pena importaria em demissão se estivesse em atividade;

IV - praticou usura em qualquer de suas formas.

Parágrafo Único - Será igualmente cassada a disponibilidade do servidor que não assumir no prazo legal, o cargo ou função em que for aproveitado.

Art. 195 - São competentes para aplicação de penas disciplinares:

I - o Prefeito Municipal ou o Presidente da Câmara, vista a competência, nos casos de destituição de função, demissão, cassação da aposentadoria e disponibilidade e suspensão;

II - a autoridade imediatamente subordinada ao Prefeito Municipal ou ao Presidente da Câmara, conforme o caso, responsável pelo órgão em que tenha exercício o servidor, nos demais casos.

Art. 196 - São circunstâncias atenuantes da pena:

I - a confissão espontânea da infração;

II - a prestação de mais de 10 (dez) anos de serviço com

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 02 / 2009

exemplar comportamento e zelo;

III - a provocação injusta de superior hierárquico;
IV - a idoneidade moral e familiar.

Art. 197 - São circunstâncias agravantes da pena:

I - a acumulação de infrações;
II - a premeditação;
III - o conluio para a prática da infração;
IV - a reincidência genérica ou específica;
V - o fato de ser cometida durante o cumprimento de pena disciplinar.

§ 1º - Dá-se a acumulação quando 02 (duas) ou mais infrações são cometidas na mesma ocasião ou quando uma é cometida antes de ter sido punida a anterior.

§ 2º - A premeditação consiste no designio formado, pelo menos 24 (vinte e quatro) horas antes, da prática da infração.

§ 3º - Dá-se a reincidência quando a infração é cometida antes de decorrido 01 (um) ano do término do cumprimento da pena imposta por infração anterior.

Art. 198 - Prescreverão, na esfera administrativa, contados da data da infração:

I - em 05 (cinco) anos, as faltas sujeitas à pena de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de função;

II - em 02 (dois) anos, as faltas sujeitas à pena de suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, as faltas sujeitas à pena de repreensão ou advertência.

§ 1º - Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime, quando superiores aos previstos neste artigo.

§ 2º - a abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição.

TÍTULO VIII
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25/08/2009

Art. 199 - A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público **é obrigada** a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou **processo** administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Parágrafo Único _ Considera-se autoridade, para os fins deste artigo, o Prefeito, o Presidente da Câmara e os Chefes de Setores.

Art. 200 - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde **que** contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam **formuladas** por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo Único - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Art. 201 - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo;

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) **dias;**

III- instauração de processo disciplinar.

Parágrafo Único - O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) **dias**, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 202 - Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de **penalidade** de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em **comissão**, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

CAPÍTULO II
DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 203 - Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir **na** apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo **disciplinar** poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, **pelo** prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o **qual** cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura 25 / 08 / 2004

CAPÍTULO III
DO PROCESSO DISCIPLINAR
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 204 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 205 - O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 03 (três) servidores, estáveis, hierarquicamente igual ou superior ao denunciante, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

§ 1º - A comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

§ 2º - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art. 206 - A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurando o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Parágrafo Único - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado.

Art. 207 - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório;

III- julgamento.

Art. 208 - O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 1º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25/02/2009

§ 2º - As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Seção II
Da Instauração

Art. 209 - A instauração do processo dar-se-á por portaria da autoridade competente, a qual conterá os seguintes requisitos:

I - o número;
II - a autoridade;
III- o fundamento legal;
IV - a exposição do fato;
V - os nomes dos integrantes da comissão, com indicação do presidente.

Seção III
Do Inquérito

Art. 210 - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 211 - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.

Parágrafo Único - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 212 - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 213 - É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 09 / 2013

§ 2º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 214 - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexada aos autos.

Parágrafo Único - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

Art. 215 - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 2º - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

Art. 216 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos nos artigos 214 e 215.

§ 1º - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 2º - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 217 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo Único - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 218 - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indiciação do servidor, com as especificações dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25/09/2009

§ 1º - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.

§ 2º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum de 20 (vinte) dias.

§ 3º - O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.

§ 4º - No caso de recusa do indiciado em opor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de 02 (duas) testemunhas.

Art. 219 - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 220 - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação no Município, para apresentar defesa.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da última publicação do edital.

Art. 221 - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2º - Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor, ocupante de cargo de nível igual ou superior ao do indiciado, ou um advogado, como defensor dativo.

Art. 222 - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º - Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 08 / 2009

Art. 223 - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

Seção IV
Do Julgamento

Art. 224 - No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º - Havendo mais de um indiciado e diversividade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição de pena mais grave.

§ 3º - Se a penalidade prevista for a destituição de função, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou suspensão, o julgamento caberá ao Prefeito ou Presidente da Câmara, conforme o caso.

Art. 225 - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

Parágrafo Único - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art. 226 - Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo e ordenará a constituição de outra comissão, para instauração de novo processo.

Parágrafo Único - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

Art. 227 - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 228 - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando translado na repartição.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 02 / 2009

Art. 229 - O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente , após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, caso aplicada.

Parágrafo Único - Ocorrida a exoneração de que tratta o parágrafo único, inciso I, do artigo 42, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Seção V
Da Revisão do Processo

Art. 230 - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - Tratando-se de servidor falecido ou declarado ausente, a revisão poderá ser requerida por ascendente, descendente, cônjuge viúvo ou irmão.

§ 2º - No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

Art. 231 - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 232 - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos , ainda não apreciados no processo originário.

Art. 233 - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Prefeito ou Presidente da Câmara, conforme o caso, quem, se autorizou a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente do órgão ou entidade onde se originou o processo disciplinar.

Parágrafo Único - Deferida a petição, a autoridade competente providenciará a constituição de comissão, na forma do artigo 205.

Art. 234 - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

Parágrafo Único - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 235 - A Comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25/01/2007

Art. 236 - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 237 - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do artigo 195.

Parágrafo Único - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 238 - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição de cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

Parágrafo Único - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 07 / 2007

TÍTULO IX
CAPÍTULO ÚNICO
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 239 - Os prazos previstos nesta lei serão todos contados por dias corridos, salvo as excessões previstas em Lei.

§ 1º - Salvo disposição em contrário, computam-se os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

§ 2º - Se este cair em dia feriado, sábado, domingo ou ponto facultativo, considerar-se-á prorrogado o prazo até o seguinte dia útil.

§ 3º - Meado considera-se, em qualquer mês, o seu 15º (décimo quinto) dia.

§ 4º - Considera-se mês, o período sucessivo de 30 (trinta) dias completos.

Art. 240 - É vedada a transferência ou remoção, de ofício, de servidor investido em cargo eletivo, desde a expedição do diploma até o término do mandato.

Art. 241 - Serão obrigatoriamente exonerados os ocupantes não estáveis de cargos, para cujo provimento for realizado concurso.

Parágrafo Único - As exonerações serão efetivadas dentro de 10 (dez) dias, após a homologação do concurso.

Art. 242 - Consideram-se pertencentes à família do servidor, além do cônjuge e **filhos**, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem de seu **assentamento** individual.

Art. 243 - Nenhum servidor poderá ser cedido a outra entidade pública ou privada, **salvo** por necessidade desta e interesse do Município e mediante autorização Legislativa.

Art. 244 - O regime jurídico, estabelecido nesta lei, não extingue direitos e vantagens já concedidos por leis em vigor anteriores a sua publicação.

Art. 245 - O Prefeito Municipal ou o Presidente da Câmara, dentro dos respectivos âmbitos, baixarão os regulamentos necessários à execução da presente lei.

Art. 246 - O dia 28 (vinte e oito) de outubro, será consagrado ao Servidor Público Municipal, sendo ponto facultativo nas repartições da Administração.

Art. 247 - Nos termos da lei, poderão ocorrer contratações por tempo determinado para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, conforme prescreve o art. 37, Inciso X, da Constituição Federal.

Art. 248 - Fica criado o Quadro de Pessoal em Comissão, previsto no Anexo I e o **Quadro** de Pessoal Efetivo, previsto no Anexo II desta Lei, com os respectivos cargos, número de vagas e símbolo de vencimentos.

Art. 249 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, em especial, a Lei nº 139, de 15 de setembro de 1971.

Prefeitura Municipal de Planura, 25 de novembro de 1994.

Mario José Ferreira
-Prefeito Municipal-

Josias Francisco Rodrigues
-Secretário-

CONFERE COM O ORIGINAL
Planura, 25 / 08 / 2009